

PT OFICIALIZA LULA COMO CANDIDATO

Convenção do PT oficializa a chapa
à reeleição com apoio inédito desde 1989
de sete partidos no primeiro turno e campanha
centrada em soberania, crescimento com
inclusão e defesa das urnas



focus
BRASIL

» PROGRAMA **Reconexão Periferias**

exibido quinzenalmente, às
terças, 17h no canal da FPA



ACOMPANHE : [/FundacaoPerseuAbramo](https://www.youtube.com/FundacaoPerseuAbramo)



focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Coordenador editorial: Guto Alves

Diagramação e Arte: Nathalie Nascimento

Colaboradores: Claudia Rocha, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Henrique Nunes



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente Interino: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre
Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Ára-
be, Jorge Bittar e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana
Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton
Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Dilson de Moura
Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de
Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de
Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando
Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes,
José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís
Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges
Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges
Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,
Pedro Silva Barros, Sandra Maria Sales Fagundes,
Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto,
Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),
Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia
e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves
das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França
Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas
(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane
Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo
(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína
Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),
Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio
Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça
Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida
da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338



CAPA

Convenção do PT oficializa Lula e Alckmin à reeleição com apoio de sete partidos

pág. 04

Lula apresenta legado e promete “salto de qualidade” ao confirmar candidatura

pág. 07

Alckmin associa defesa das urnas a resultados econômicos do governo federal

pág. 09

Presidente do PT, Edinho Silva, coloca unidade e mobilização no centro da campanha nacional

pág. 10

Sete partidos chegam unidos ao primeiro turno pela primeira vez desde 1989

pág. 11

BRASIL

Move Brasil amplia crédito para motoristas de aplicativo, taxistas e entregadores

pág. 12

Novas ações mantêm Brasil como referência global na prevenção e tratamento do HIV

pág. 14

STF volta do recesso com pautas sobre uberização, reforma tributária e Lei Maria da Penha

pág. 16

ENTREVISTA

Raquel Rolnik - “Legislação urbanística é 100% dominada pela pauta da incorporação imobiliária”

pág. 17

POLÍTICA

Michelle Bolsonaro anuncia candidatura ao Senado, mas não comparece a convenção do PL

pág. 23

Convenções partidárias chegam ao fim e calendário eleitoral entra em nova fase

pág. 24

Em meio a novos ataques, TSE inicia campanha para combater desinformação nas eleições

pág. 25

Pesquisa BTG/Nexus mostra Lula com 41%, contra 37% de Flávio Bolsonaro no primeiro turno

pág. 26

CULTURA

Na 8ª edição, Flipei amplia programação e se consolida como espaço político e de resistência à censura

pág. 29

Glen Hansard, astro de Once e vencedor do Oscar, morre aos 56 anos

pág. 31

INTERNACIONAL

Sala de consumo supervisionado em Dublin registra 436 overdoses sem nenhuma morte

pág. 33



Convenção Nacional do PT, em São Paulo, que homologou a chapa Lula-Alckmin, teve momentos de emoção do presidente e da militância.

Convenção do PT oficializa Lula e Alckmin à reeleição com apoio de sete partidos

Discursos em São Paulo colocam soberania, crescimento econômico com inclusão e defesa das urnas no centro da campanha, que começa em disputa apertada com Flávio Bolsonaro

Redação Focus Brasil

“Ratificamos, oficializamos. Lula presidente, Geraldo Alckmin vice-presidente.” A declaração do presidente do PT, Edinho Silva, formalizou, diante de cerca de 3 mil pessoas reunidas no Expo Center Norte, em São Paulo, a chapa que disputará a reeleição

em outubro.

A convenção nacional da sigla, realizada no domingo, 2, confirmou Luiz Inácio Lula da Silva como candidato à Presidência e Geraldo Alckmin, do PSB, novamente como vice. Soberania e crescimento econômico com inclusão social foram apresentados como os eixos da campanha.

A composição repete a parceria de 2022, mas parte de uma alian-

ça mais ampla. PT, PCdoB e PV, reunidos na Federação Brasil da Esperança, chegam ao primeiro turno ao lado de PSB, PSOL, Rede e PDT. Segundo o levantamento histórico apresentado pelo PT, é a primeira vez desde a retomada das eleições diretas, em 1989, que as sete siglas classificadas como de esquerda e centro-esquerda apoiam uma única candidatura presidencial desde o início da dis-



puta. Em 2022, o PDT concorreu com candidatura própria.

Lula entra em sua sétima eleição presidencial, aos 80 anos, e busca um quarto mandato, o segundo consecutivo. A convenção ocorreu num cenário de competição estreita com o senador Flávio Bolsonaro, oficializado candidato do PL em 25 de julho e ainda sem vice definido.

Os dois candidatos chegam à campanha sob pressões distintas. Flávio ainda busca ampliar sua aliança e enfrentou a repercussão das negociações mantidas com o empresário Daniel Vercaro para obter patrocínio para um filme sobre Jair Bolsonaro.

Além de Lula e Flávio Bolsonaro, já foram homologadas as candidaturas de Ronaldo Caiado, do PSD, Romeu Zema, do Novo, Renan Santos, do Missão, Samara Martins, da Unidade Popular, Leo-

nardo Avalanche, do PRTB, Edmilson Costa, do PCB, e Hertz Dias, do PSTU. As convenções partidárias terminam em 5 de agosto. Os pedidos de registro poderão ser apresentados à Justiça Eleitoral até o dia 15, e a propaganda eleitoral começa em 16 de agosto.

Entregas e próxima etapa

O discurso de Lula foi organizado em dois tempos. O candidato recorreu aos programas criados em seus primeiros mandatos e às ações do governo federal desde 2023 para sustentar a ideia de continuidade, mas procurou definir o eventual quarto mandato como uma nova etapa. “Quem fez pode prometer mais, quem não fez não tem o que prometer”, afirmou.

Lula mencionou Prouni, Reuni, Fies, Pé-de-Meia e Minha Casa, Minha Vida, além da reforma tributária, da isenção do Imposto de

Renda para quem recebe até R\$ 5 mil e da retomada das demarcações de terras indígenas e da regularização de territórios quilombolas.

A enumeração funcionou como base para a expressão repetida no discurso: o país está pronto para um “salto de qualidade”, com mais investimentos em educação, ciência, tecnologia, indústria e infraestrutura.

O crescimento das emendas parlamentares também entrou no pronunciamento. Lula afirmou que a transferência de recursos e atribuições do Executivo para o Congresso deverá ser discutida e defendeu uma bancada comprometida com a recuperação da capacidade do Estado de planejar e executar políticas de alcance nacional.

O candidato também reconheceu limites de seus governos.

Pediu desculpas pelos erros e pelo que não conseguiu realizar e afirmou que governar exige escolhas. Ao dizer que não pretende ser lembrado somente pelo Bolsa Família, sinalizou que a próxima campanha deverá apresentar compromissos estruturais para além da proteção social já existente.

Cinco temas foram destacados para um eventual novo mandato: soberania sobre recursos estratégicos, enfrentamento à violência contra as mulheres, transformação da educação, criação de uma política nacional para os idosos e fortalecimento da defesa do país.

No trecho dedicado às mulheres, Lula afirmou que o combate ao feminicídio não pode ser responsabilidade apenas das vítimas e dos movimentos feministas. “Não existe contrato que permita ser dono”, disse, ao falar sobre relações afetivas e violência.

A participação feminina também produziu um dos momentos de autocritica da convenção. Ao perceber que nenhuma mulher havia discursado até então, Lula chamou a primeira-dama Janja Lula da Silva ao palco. “Somos nós, mulheres, que vamos eleger você novamente”, disse Janja, antes de tratar do Pacto Brasil contra o Feminicídio e da rotina de trabalho e cuidado enfrentada pelas mulheres.

Soberania liga economia, defesa e política externa

A soberania foi o ponto de contato entre diferentes partes do discurso. Lula associou o tema à exploração de terras raras e minerais críticos, ao desenvolvimento de inteligência artificial no Brasil, à capacidade da indústria nacional de transformar matérias-primas e ao investimento em defesa. A formulação deslocou a soberania de uma referência abstrata

para escolhas econômicas e tecnológicas que poderão integrar o programa de governo.

“No Brasil, não aceitamos que ninguém se meta onde não deve”, declarou. A frase também respondeu ao ambiente internacional que passou a cercar a eleição. Na convenção do PL, uma semana antes, Flávio Bolsonaro recebeu manifestações de apoio do presidente da Argentina, Javier Milei, presente ao evento, e do primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, por vídeo. Jair Bolsonaro, preso desde 2025, apareceu em uma peça produzida com inteligência artificial para apoiar o filho.

Inteligência artificial e disputa pelo eleitor

Lula dedicou parte do pronunciamento à desinformação produzida com inteligência artificial. O assunto ganhou materialidade depois do vídeo exibido na convenção do PL e deve permanecer na campanha. “O que vai prevalecer é a entrega que nós estamos fazendo ao povo brasileiro”, afirmou.

Ao orientar apoiadores a esclarecer, em vez de brigar, o candidato reconheceu que a disputa exigirá diálogo com eleitores que votaram no bolsonarismo, mas não mantêm adesão permanente ao grupo. O ponto indica uma estratégia voltada para fora da base organizada dos partidos que compõem a aliança.

A idade, tema recorrente entre adversários, também foi enfrentada diretamente. Lula falou sobre a rotina de exercícios, comparou sua sétima candidatura à longevidade de atletas e afirmou que não pretende concorrer novamente em 2030. O assunto apareceu ao lado da defesa de experiência política e capacidade física para mais um mandato.

Convenções desenham os palanques nos estados

A convenção nacional foi precedida por uma série de encontros estaduais que começaram a definir as chapas apoiadas pelo PT. Em São Paulo, Fernando Haddad concorrerá ao governo com Márcio França, do PSB, como vice; Marina Silva, da Rede, e Simone Tebet, do PSB, disputarão as duas vagas ao Senado.

Na Bahia, o governador Jerônimo Rodrigues tentará a reeleição, enquanto Jaques Wagner e Rui Costa foram lançados ao Senado. No Piauí, Rafael Fonteles disputa novo mandato ao lado de Washington Bandeira, com Marcelo Castro, do MDB, e Júlio César, do PSD, para o Senado.

No Rio Grande do Norte, a convenção confirmou Cadu Xavier ao governo, Larissa Rosado, do PSB, como vice, e Samantha Alves para o Senado. No Rio Grande do Sul, Edgar Pretto foi homologado como vice de Juliana Brizola, do PDT, e Paulo Pimenta como candidato ao Senado. Fábio Trad concorrerá ao governo de Mato Grosso do Sul; Leandro Grass, ao governo do Distrito Federal, com Érika Kokay e Leila Barros, do PDT, ao Senado; e Hélder Salomão, ao governo do Espírito Santo.

No Ceará, Elmano de Freitas concorrerá à reeleição com Gabriella Aguiar, do PSD, como vice e Cid Gomes, do PSB, ao Senado. No Rio de Janeiro, o PT formalizou apoio à chapa de Eduardo Paes, do PSD, ao governo, com Jane Reis, do MDB, como vice, Benedita da Silva e Pedro Paulo, do PSD, para o Senado.

Também foram oficializados Humberto Costa por Pernambuco, Décio Lima por Santa Catarina e Randolfe Rodrigues pelo Amapá na disputa pelo Senado. Em Sergipe, a convenção que deverá homologar a candidatura do senador Rogério Carvalho à reeleição está marcada para 5 de agosto. ■



Lula apresenta legado e promete “salto de qualidade” ao confirmar candidatura

Presidente afirma que entregas do governo federal serão a base da campanha e aponta educação, soberania, inclusão social e combate à violência contra as mulheres entre as prioridades de um eventual quarto mandato

Henrique Nunes

O Partido dos Trabalhadores oficializou, no domingo, 2, a candidatura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição, durante convenção partidária realizada em São Paulo. Lula terá novamente Geraldo Alckmin, do PSB, como candidato a vice-presidente, repetindo a chapa vitoriosa de 2022.

Diante de um cenário eleitoral marcado pela candidatura de Flávio Bolsonaro e pela reorganização dos campos políticos, Lula dedicou parte central do discurso ao legado construído pelo governo federal desde 2023. O presidente afirmou que as entregas realizadas até agora serão a base para apresentar novos compromissos ao país.

“O que motiva um governo a ganhar uma eleição é se o legado dele for merecedor de confiança e de respeito. Quem fez pode

prometer mais. Quem não fez não tem o que prometer. Essa é a lógica da nossa campanha”, declarou.

Lula mencionou programas e medidas adotados ao longo do terceiro mandato e defendeu que um eventual novo governo deverá representar um “salto de qualidade” no desenvolvimento brasileiro.

“Do básico nós já cuidamos. O povo já está comendo, o povo já está com benefício. Vocês não têm noção do significado desse Agora Tem Especialistas, a revolução desse programa. Agora que

nós estamos com o básico garantido, é hora de dar um salto de qualidade. É hora de pensar neste país. Qual é o país do futuro que eu vou entregar?”, questionou.

O presidente também dedicou parte do pronunciamento ao combate à violência contra as mulheres. Lula afirmou que agressores não precisam votar em sua candidatura e atribuiu aos homens a responsabilidade de enfrentar o feminicídio e as diferentes formas de violência de gênero.

“O cara vai ter que escolher: ou ele vota em mim ou ele bate na mulher. Se bater na mulher, não precisa votar em mim. Pega a sua mão e vota em quem você quiser”, disse.

A seguir, os principais trechos do discurso:

Legado do governo federal

“Todo mundo sabe que nós somos a única candidatura que não tem que contar uma mentira. Nós não temos que contar uma inverdade nesta campanha. Nós não temos que inventar nada para dizer para o povo. Quem é governo não pode fazer um programa de governo dizendo um monte de coisa que ainda vai fazer. Porque o povo vai perguntar: ‘Se ia fazer, por que não fez?’. O que motiva um governo a ganhar uma eleição é se o legado dele for merecedor de confiança e de respeito. Quem fez pode prometer mais. Quem não fez não tem o que prometer. Essa é a lógica da nossa campanha.”

Violência contra as mulheres e feminicídio

“Só vai acabar no dia em que a gente acabar com a violência neste mundo. Sobretudo com a violência de homem contra mulher neste país. E o PT tem que ter coragem. O meu governo tem que ter coragem de dizer em alto e bom som. Não tem problema

que eu perca algum voto. Mas não é necessário e não é possível. O cara vai ter que escolher: ou ele vota em mim ou ele bate na mulher. Se bater na mulher, não precisa votar em mim. Pega a sua mão e vota em quem você quiser. Eu quero criar uma sociedade de respeito. Quero criar uma sociedade de compartilhamento. Uma sociedade em que as pessoas vivam em harmonia. (...) Portanto, a luta contra a violência contra a mulher não é uma luta das mulheres. É uma luta de nós, homens, que somos os violentos.”

Educação como prioridade nacional

“Eu sou candidato pela quarta vez para resolver definitivamente o papel da educação neste país. (...) Significa que a gente não vai poder ficar chorando atrás da miséria que sobra do orçamento. Significa que a gente vai ter que aprovar uma coisa especial para garantir que, em dez anos, a gente resolva o problema da educação neste país. Porque, sem educação, a gente não chegará aonde tem direito de chegar. Por isso, é preciso investir. Ciência e tecnologia. É importante a gente tomar a decisão de investir mais. Porque, se a gente não investir em pesquisa, em formar cientistas, a gente não vai chegar lá.”

Inclusão social como marca histórica

“Pesquisei. E vocês vão perceber que houve dois grandes momentos de inclusão social neste país. O primeiro foi o de Getúlio Vargas, que não era operário. Era fazendeiro. Com a criação do salário mínimo, em 1936, que tirou o povo do abandono para dar um salário. Depois, em 1943, com a criação da CLT, que tirou o povo da semiescravidão. Deu direitos. Deu jornada de trabalho. Deu férias. Deu um monte de coisas para

nós que hoje muita gente acha ruim. (...) A segunda política de inclusão social é nossa. É do governo Lula e do governo Dilma.”

Soberania e riquezas brasileiras

“Eu quero estar preparado para a paz. Quero estar preparado para a paz. Não para a guerra. Quero estar preparado para que ninguém ouse se fazer de besta conosco. (...) Eu quero que vocês saibam que vou levar muito a sério esse negócio das terras raras e dos minerais críticos. Tem muita gente metendo o dedo no nosso nariz. Tem muita gente metendo o dedo na nossa terra. Isso vai parar. Isso é um patrimônio do povo brasileiro. Quem tem que lucrar com isso é o povo brasileiro. E nós temos que utilizar a nossa capacidade de investimento, nosso conhecimento científico e tecnológico, para sermos donos da exploração, da transformação e da utilização dessas riquezas.”

Mudanças estruturais em um eventual quarto mandato

“A minha quarta Presidência é para mudar muita coisa neste país. Quero que vocês saibam. Vai ter briga. Vai ter briga com emenda parlamentar. Vai ter briga com o papel que hoje tem o Poder Legislativo. (...) Então, neste quarto mandato, vocês vão ver. Eu não quero o Lulinha paz e amor. Eu quero o Lulinha porreta. Eu quero o Lulinha que vai fazer o que a gente ainda não fez. Porque do básico nós já cuidamos. O povo já está comendo, o povo já está com benefício. Vocês não têm noção do significado desse Agora Tem Especialistas, a revolução desse programa. Agora que nós estamos com o básico garantido, é hora de dar um salto de qualidade. É hora de pensar neste país. Qual é o país do futuro que eu vou entregar?” ■



O vice Geraldo Alckmin elogia a militância petista e a democracia interna do PT

Alckmin associa defesa das urnas a resultados econômicos do governo federal

Vice-presidente compara o compromisso assumido em 2022 com os indicadores de 2026, cita indústria, inflação e emprego e responde a interferências estrangeiras na eleição

Redação Focus Brasil

Geraldo Alckmin abriu o discurso na convenção do PT retomando o compromisso apresentado pela chapa quatro anos antes. Segundo o vice-presidente e candidato à reeleição, a proposta de desenvolvimento com inclusão, estabilidade e sustentabilidade foi cumprida pelo governo federal. A partir dessa comparação, Alckmin combinou a defesa das instituições com um balanço econômico de sua gestão ao lado de Lula.

“Quem não acredita no voto popular não deveria nem ser candidato a presidente”, afirmou. A declaração foi dirigida aos adversários que questionam as urnas

eletrônicas e ganhou contexto com a presença do presidente argentino, Javier Milei, na convenção do PL, e com as manifestações de apoio estrangeiro à candidatura de Flávio Bolsonaro. Alckmin também recordou a tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023.

Ao responder aos ataques ao sistema eletrônico de votação, resumiu: “A descrença das urnas é cheiro, fumaça de derrota”.

Na economia, o vice-presidente citou a prévia da inflação de julho, de 0,06%, e a taxa de desemprego de 5,4%. “A prévia é 0,06%. E o que derrubou foi alimento”, disse. Ao apresentar os dois números em conjunto, argumentou que o país conseguiu combinar inflação e desemprego em níveis baixos. Mencionou ainda a reforma tributária e a retomada industrial.

Alckmin comandou o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços até abril, quando deixou a pasta para cumprir o prazo de desincompatibilização eleitoral. Segundo os dados apresentados por ele, a indústria brasileira recuou 1,6% entre 2015 e 2022 e cresceu 3,2% de 2023 a 2025. O vice relacionou esse resultado à Nova Indústria Brasil e à reabertura do debate sobre política industrial.

O discurso também passou pela redução do desmatamento e por políticas educacionais, como a ampliação de creches, escolas de tempo integral, institutos federais e o Pé-de-Meia. Com isso, Alckmin apresentou a chapa como continuidade do acordo firmado em 2022 e procurou ligar a defesa do processo eleitoral a resultados mensuráveis do governo federal. ■



Presidente nacional do PT, Edinho Silva, afirmou que a mobilização da militância será decisiva para que projeto de Lula possa continuar transformando o país.

Presidente do PT, Edinho Silva, coloca unidade e mobilização no centro da campanha nacional

Presidente do PT apresenta eleição como disputa entre projetos e atribui à aliança partidária a tarefa de ampliar a candidatura para além da sigla

Redação Focus Brasil

Coube a Edinho Silva formalizar a candidatura de Lula e Alckmin e apresentar o papel reservado ao PT na campanha. O presidente da sigla concentrou sua fala na unidade dos partidos, dos movimentos sociais e das estruturas estaduais que participaram da construção da convenção.

“Ninguém nesse país tem a capacidade de transformação que

nós temos”, afirmou Edinho, ao defender que a organização será o principal diferencial da campanha. O discurso deslocou a responsabilidade pela eleição do candidato para a aliança que reúne sete partidos e para os palanques formados nos estados.

Edinho definiu o pleito como uma escolha sobre o legado que será deixado às próximas gerações e afirmou que o resultado brasileiro terá repercussão na América do Sul e na América Latina. Ao comparar os projetos, citou soberania, transição energética,

ciência, tecnologia e igualdade de oportunidades como temas que deverão orientar a campanha.

“É uma escolha de que legado nós vamos deixar para as próximas gerações”, resumiu o presidente do PT.

A fala do presidente do PT também marcou uma passagem da etapa interna para a disputa aberta. Depois da homologação, a próxima agenda nacional será o ato de 16 de agosto no Estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo. A data coincide com o início oficial da propaganda eleitoral. ■



Sete partidos chegam unidos ao primeiro turno pela primeira vez desde 1989

PT, PCdoB, PV, PSB, PSOL, Rede e PDT formam a coalizão em torno de Lula e Alckmin e reduzem a fragmentação do campo progressista na largada eleitoral

Redação Focus Brasil

A aliança que oficializou Lula e Alckmin reúne, desde o primeiro turno, PT, PCdoB, PV, PSB, PSOL, Rede e PDT. Segundo o histórico organizado pelo PT, é a primeira vez desde a eleição presidencial de 1989 que as sete siglas classificadas como de esquerda e centro-esquerda chegam unidas em torno

de uma única chapa já no início da campanha.

A relação entre essas forças passou por disputas e alianças ao longo de quase quatro décadas. Leonel Brizola, fundador do PDT, concorreu contra Lula em 1989 e 1994, antes de ser candidato a vice em sua chapa em 1998. Nas eleições seguintes, PSOL, PDT, PV, PSB e Rede apresentaram candidaturas próprias em diferentes momentos, mesmo quando parte do campo apoiava o PT.

Em 2022, PT, PCdoB, PV, PSB, PSOL e Rede apoiaram a chapa

Lula-Alckmin desde o primeiro turno, enquanto o PDT concorreu com Ciro Gomes. A entrada do partido na aliança de 2026 elimina essa divisão na largada e amplia as estruturas partidárias e os parlâques associados à candidatura.

O contraste mais imediato ocorre com Flávio Bolsonaro. Oficializado pelo PL em 25 de julho, o senador iniciou a campanha sem candidato a vice e sem uma coligação anunciada. O quadro ainda poderá sofrer ajustes até o fim do prazo para as convenções, em 5 de agosto. ■



Move Brasil amplia crédito para motoristas de aplicativo, taxistas e entregadores

Programa oferece até R\$ 30 bilhões para financiar carros de até R\$ 150 mil e permite a compra de motos e bicicletas elétricas novas com até 100% do valor financiado

Fernanda Lima

O Move Brasil oferece linhas de financiamento para motoristas de aplicativo, taxistas, entregadores, moto-

taxistas e ciclistas profissionais renovarem seus veículos de trabalho. No segmento de quatro rodas, o programa prevê até R\$ 30 bilhões em crédito para a compra de automóveis de até R\$ 150 mil. Para motocicletas e bicicletas elétricas, o financiamento pode cobrir 100% do valor, sem entrada.

Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), o programa reúne condições distintas para carros e veículos de duas rodas. O objetivo é facilitar o acesso ao crédito por profissionais que dependem diariamente de automóveis, motocicletas e bicicletas

para trabalhar.

As operações para carros começaram em 19 de junho. A linha destinada a entregadores, motociclistas e ciclistas entrou em funcionamento em 27 de julho, após a conclusão dos testes de integração dos sistemas oficiais.

Financiamento sem entrada para motos e bicicletas

Entregadores por aplicativo, mototaxistas e ciclistas profissionais podem financiar veículos novos de fabricação nacional. A lista inclui motocicletas e motonetas flex, motos elétricas e bicicletas elétricas enquadradas nas especificações estabelecidas pelo programa.

A modalidade permite financiar até 100% do valor do veículo, sem entrada, com prazo de 48 meses e carência de dois meses. Também está prevista a contratação de seguro prestamista. A concessão depende da análise de crédito feita pela instituição financeira.

Para Edson Junior, 24 anos, conhecido como “Juninho da CG”, que realiza entregas entre a Zona Norte e o centro do Recife, a retirada da entrada pode facilitar a substituição da motocicleta usada no trabalho.

“Minha moto atual já tá pedindo socorro e passo mais tempo na oficina do que rodando. Cada dia parado é dinheiro que não entra. O maior obstáculo para a gente da frota de duas rodas sempre foi a tal da entrada; juntar três ou quatro mil reais em dinheiro trocado é quase impossível. Saber que o programa financia 100% da moto flex sem exigir um tostão de sinal é o que vai me permitir pegar um veículo novo e trabalhar em paz, sem medo de quebrar na metade de uma entrega.”

Para participar, entregadores e

motociclistas vinculados a plataformas precisam comprovar pelo menos seis meses de cadastro e a realização mínima de 100 corridas ou entregas. Os profissionais contratados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) devem ter ao menos seis meses de vínculo com a mesma empresa. Entre os requisitos informados pelo MDIC está a Carteira Nacional de Habilitação na categoria A.

Carros de até R\$ 150 mil e juros reduzidos

A linha destinada a motoristas de aplicativo, taxistas e cooperados permite financiar carros de até R\$ 150 mil. No caso dos veículos novos, são aceitos modelos flex, elétricos ou híbridos a etanol. Entre os seminovos, podem ser financiados veículos elétricos ou híbridos flex produzidos a partir de 2024.

O prazo chega a 72 meses, com carência de até seis meses para começar a pagar o principal. As taxas máximas definidas pelo Conselho Monetário Nacional são de 0,91% ao mês para mulheres e 0,99% ao mês para homens. O financiamento também pode incluir seguros e equipamentos adicionais de segurança, conforme as condições da instituição financeira.

Para trabalhadores que alugam o automóvel usado nas corridas, a possibilidade de financiar um veículo próprio altera a composição das despesas mensais. Cleiton Silva, 52 anos, motorista de aplicativo na Região Metropolitana do Recife, afirma que atualmente destina mais de R\$ 2.400 por mês ao aluguel.

“Trabalhar com carro alugado em Recife é rodar metade do mês só para pagar a empresa. O aluguel me consome mais de R\$ 2.400 todo mês e o carro nunca vai ser meu. Quando vi as regras cobrando seminovos a partir de 2024, fiz as contas de cabeça e a

parcela do financiamento vai ficar mais barata do que o valor que eu deixo na locadora hoje, só que agora estou investindo no meu próprio bem.”

Motoristas de aplicativo devem comprovar cadastro ativo há pelo menos 12 meses e a realização de, no mínimo, 100 corridas nesse período, na mesma plataforma. Taxistas precisam manter ativos os registros exigidos para o exercício da atividade.

Cadastro é feito pelo gov.br

O cadastro nas duas modalidades é realizado pela conta do trabalhador no portal do Move Brasil. Ao autorizar o tratamento dos dados, o profissional permite que o sistema consulte as informações necessárias para verificar se os critérios do programa foram cumpridos.

A resposta sobre a elegibilidade é enviada em até cinco dias úteis pela caixa postal do gov.br e por WhatsApp. A confirmação permite que o trabalhador procure uma instituição financeira participante, mas não garante a liberação do crédito. A contratação permanece sujeita à avaliação de risco feita pelo banco, que também pode solicitar documentos adicionais.

Caso os dados de corridas ou entregas estejam incorretos, o trabalhador deve pedir à plataforma um relatório detalhado das atividades e solicitar o reenvio das informações corrigidas ao governo federal. Cada modalidade limita o financiamento a um veículo por CPF.

O governo federal também alerta para tentativas de fraude. O cadastro é gratuito, não exige intermediários e deve ser feito exclusivamente pelo canal oficial do programa. As condições para carros e veículos de duas rodas podem ser consultadas separadamente. ■



Novas ações mantêm Brasil como referência global na prevenção e tratamento do HIV

A partir de agosto, governo estuda incluir PrEP injetável de longa duração no SUS; medida deve ampliar as opções de prevenção disponíveis na rede pública do país

Redação Focus Brasil

O Brasil, referência internacional na oferta de estratégias de prevenção, diagnóstico e tratamento do HIV há mais de uma década, sediou nesta segunda-feira (27), pela primeira vez na América do Sul, a 26ª Conferência Internacional de Aids.

O encontro reúne especialistas, gestores e representantes de

governos para discutir avanços e desafios na resposta à infecção pelo HIV. Durante o evento, o Ministério da Saúde apresentou dados da resposta brasileira e iniciativas em avaliação para ampliar as opções de prevenção no Sistema Único de Saúde (SUS).

Está em avaliação a incorporação de novas tecnologias de prevenção, incluindo a PrEP injetável de longa duração. Uma proposta de incorporação dessa tecnologia, administrada a cada dois meses, foi encaminhada à Comissão

Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec) e será analisada em agosto.

“O Brasil quer incorporar novas tecnologias de prevenção do HIV porque elas podem ampliar as possibilidades de cuidado e oferecer alternativas para pessoas que enfrentam dificuldades de adesão ao uso diário da medicação”, afirmou o ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

Padilha destacou ainda que a avaliação de novas tecnologias para o SUS considera critérios



técnicos, científicos e econômicos, além das condições de acesso à população. “Para nós, inovação sem acesso não deveria ser chamada de inovação. Inovação sem acesso é injustiça”, afirmou.

Prevenção combinada

A PrEP é uma estratégia de prevenção do HIV destinada a pessoas que não vivem com o vírus e podem estar expostas a maior risco de infecção. Atualmente, o SUS oferece a PrEP oral, com acompanhamento das equipes de saúde. Desde a incorporação da PrEP oral ao SUS, 356 mil pessoas já iniciaram o uso da profilaxia no Brasil. A escolha da estratégia mais adequada considera as necessidades e condições de cada pessoa.

O Ministério da Saúde também acompanha o desenvolvimento de novas tecnologias de prevenção do HIV, incluindo iniciativas de pesquisa e inovação realizadas no país, como o desenvolvimento de medicamentos de ação prolongada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em parceria com instituições privadas.

No SUS, estão disponíveis estratégias de prevenção, como preservativos, gel lubrificante, PrEP, PEP, testagem rápida e autoteste. A rede também oferece tratamen-

to antirretroviral, acompanhamento clínico, monitoramento laboratorial e atendimento multiprofissional para as pessoas vivendo com HIV.

Eliminação da transmissão vertical

Em dezembro de 2025, o Brasil foi certificado pela OPAS/OMS pela eliminação da transmissão vertical do HIV como problema de saúde pública, tornando-se o único país continental a alcançar esse marco. Para isso, o país manteve a taxa de transmissão vertical abaixo de 2% e a incidência da infecção em crianças inferior a 0,5 caso por mil nascidos vivos, além de superar 95% de cobertura em pré-natal, testagem e tratamento das gestantes que vivem com HIV.

De acordo com relatório da Unaid, o número de mortes relacionadas à aids caiu 57% desde 2010 nos continentes analisados, passando de 1,3 milhão de óbitos, em 2010, para 570 mil, em 2025.

Dados do Ministério da Saúde mostram que, em 2024, o Brasil registrou 9,1 mil óbitos por aids, uma redução de 13% em relação ao ano anterior, quando foram registradas mais de 10 mil mortes.

Além disso, nos últimos três

anos, a oferta de testes rápidos para HIV no SUS aumentou 100%. Atualmente, 22% das pessoas que recebem o diagnóstico de HIV iniciam o tratamento no mesmo dia da confirmação da infecção, e mais da metade começa a terapia antirretroviral em até 30 dias.

Estatísticas

O Brasil registrou, em 2024, o menor número de mortes por HIV/aids dos últimos 32 anos. Foram 9,1 mil óbitos, contra mais de 10 mil em 2023. A queda sinaliza uma tendência de melhora no enfrentamento à epidemia, com incorporação de novos medicamentos, incluindo a profilaxia pré-exposição.

Os dados epidemiológicos foram divulgados pelo Ministério da Saúde no mês de conscientização e luta contra o HIV/aids, e celebrados como resultado direto da ampliação do acesso às tecnologias de prevenção, diagnóstico e tratamento oferecidas pelo SUS.

Considerada modelo pela Organização Mundial de Saúde (OMS) na virada do século XXI, a experiência brasileira enfrentou recuos, com aumento de número de novos casos de HIV entre os jovens, mas é marcada pela luta por integralidade da assistência. ■



STF volta do recesso com pautas sobre uberização, reforma tributária e Lei Maria da Penha

Sessão desta segunda (3) marca retomada dos trabalhos após recesso de julho; agosto deve ter ainda desdobramentos sobre caso Master, escândalo do INSS e emendas parlamentares

Redação Focus Brasil

O Supremo Tribunal Federal (STF) retoma as atividades nesta segunda-feira (3) após o recesso de julho, com uma série de pautas importantes como Lei Maria da Penha, uberização e pontos da Reforma Tributária.

Embora não esteja prevista na pauta do dia, há expectativa de que temas como o caso Master, o escândalo do INSS e as emendas parlamentares apareçam em plenário nas próximas semanas.

Um dos temas mais importantes da agenda desta segunda é o alcance das medidas protetivas da Lei Maria da Penha para casos de violência fora do contexto doméstico.

A Corte julga recurso do MPMG (Ministério Público de Minas Gerais) contra decisão da Justiça estadual que negou a aplicação de

medidas protetivas a uma mulher ameaçada por razões de gênero em contexto comunitário (local público). Os detalhes do processo não foram divulgados porque tramitam sob sigilo de Justiça.

O caso começou a ser analisado em maio último, quando foram ouvidas as sustentações orais das partes envolvidas no processo. Na sessão desta tarde, os ministros vão proferir os votos sobre a questão.

Para o MP, a Lei Maria da Penha pode ser aplicada de forma ampla, sempre quando ocorrer a violência de gênero contra a mulher. A norma prevê diversas medidas protetivas, como afastamento do agressor do lar, proibição de aproximação da vítima, uso de tornozeleira eletrônica e decretação de prisão preventiva.

Reforma tributária

O plenário também deve julgar nesta segunda ações que contestam o trecho da reforma

tributária (Lei Complementar nº 214/2025) que restringiu o benefício da isenção fiscal para compra de automóveis por pessoas com deficiência ou com TEA (Trans-torno do Espectro Autista). Para as entidades que entraram com as ações, a restrição é discriminatória e inconstitucional.

O artigo 149 da lei garantiu a redução a zero das alíquotas do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e da CBS (Contribuição Social sobre Bens e Serviços) incidentes sobre a venda de automóveis nacionais. Contudo, o benefício foi restringido a pessoas com deficiência com grau moderado ou grave.

Uberização

Outro tema importante do mês é a uberização com o julgamento, no dia 27, sobre a validade das ações da Justiça do Trabalho que reconheceram vínculo de emprego entre trabalhadores e as plataformas que operam aplicativos de entregas e transporte de passageiros, a chamada “uberização”.

Serão julgadas duas ações relacionadas pelos ministros Edson Fachin e Alexandre de Moraes e que chegaram ao Supremo a partir de recursos protocolados pelas plataformas Rappi e Uber. As empresas contestam decisões da Justiça do Trabalho que reconheceram o vínculo empregatício com os motoristas e entregadores.

A Rappi alega que as decisões trabalhistas que reconheceram o vínculo de emprego com a empresa desrespeitaram decisões da própria Corte que entendem não haver relação de emprego formal com os entregadores.

A Uber sustenta que é uma empresa de tecnologia, e não do ramo de transportes, e que o reconhecimento de vínculo trabalhista altera a finalidade do negócio da plataforma, violando o princípio constitucional da livre iniciativa de atividade econômica. ■

“Legislação urbanística é 100% dominada pela pauta da incorporação imobiliária”

Em entrevista à Focus Brasil, urbanista analisa os 25 anos do Estatuto da Cidade, critica o domínio do mercado imobiliário e aponta os limites da política urbana brasileira

Rose Silva

Urbanista e arquiteta, Raquel Rolnik é professora titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e prefeita do campus da Universidade de São Paulo. Já foi diretora de Planejamento da Secretaria Municipal de Planejamento de São Paulo, secretária nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades e consultora de cidades brasileiras e latino-americanas. De 2008 a 2014, ocupou a relatoria especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada.

Como uma das principais personalidades envolvidas na construção do capítulo da política urbana na Constituição Federal de 1988, ela falou à revista Focus Brasil sobre o Estatuto da Cidade e os desafios para que toda a população tenha acesso a moradia digna, mobilidade e trabalho.

“Desde a Constituição, essa ideia da função social da cidade,

que é a ideia-força, e da participação popular, essas ideias do reconhecimento dos direitos de quem não tem direito, foram inseridas no marco existente do planejamento urbano da cidade, nos seus planos diretores, na sua regulação urbanística. E isso foi uma grande armadilha da própria Constituição. O desdobramento disso tudo implicou a condução em uma direção que não era de ruptura com a ordem existente. A ordem existente não foi rompida. Planos diretores e legislação urbanística das cidades são 100% dominados pela pauta da incorporação imobiliária”, afirma.

Ela reconhece que houve mudanças no período pós-redemocratização, com a inclusão de uma pauta de investimento em favelas e periferias e a construção de equipamentos. Porém, afirma que isso não aconteceu exatamente porque a lei federal mandou, mas como fruto da luta e da pressão concreta.

“Uma consideração política

importante de fazer é que, basicamente, os investimentos, equipamentos e a infraestrutura nas favelas e periferias acabaram se transformando muito mais em grande ativo eleitoral. O que eu quero dizer com isso? O modelo de cidade não se transformou para incorporar, e isso é básico. O que essa pauta da inclusão faz é negociar a inclusão permanentemente com o voto daqueles que não estão incluídos, como se, no âmbito do planejamento urbano, da política urbana, favelas, periferias, fiquem permanentemente numa situação de ambiguidade.”

“O poder urbano é muito marcado pela presença do mercado imobiliário, mas também por todo o setor de negócios, empresarial e mercantil, que tem na cidade sua fonte de rentabilidade e lucro. Você pode incluir aí concessionários de serviços públicos, empreiteiros de obras públicas e, evidentemente, tem outros elementos também: o racismo, o pacto da branquitude, a colonialidade do



modelo de cidade. São esses os limites para que esse Estatuto da Cidade possa efetivamente ser implementado como instrumento de radicalização da democracia e de ampliação do direito à cidade real.”

- O Estatuto da Cidade acabou de completar 25 anos, e queremos recuperar a história dessa lei. Podemos dizer que ela foi resultado de uma luta do movimento social e do campo progressista no Brasil?

- Muito importante recuperar a história do Estatuto da Cidade, porque, na verdade, é a história do capítulo de política urbana na Constituição Federal de 1988, que foi construído no processo de redemocratização do país.

Para a formulação da Constituição Federal, nós estávamos num contexto de reorganização do campo popular, do campo da esquerda, com o ressurgimento

tanto de sindicatos como de movimentos populares e também dos próprios partidos desse campo. O surgimento do PT, o restabelecimento dos partidos comunistas, é esse o contexto.

Vários movimentos sociais e sindicais se envolveram na formulação e na disseminação de emendas populares voltadas para a Constituição, e uma dessas foi a Emenda Popular da Reforma Urbana, impulsionada por uma coalizão de movimentos sociais populares que estavam se reorganizando naquele momento, sobretudo nas periferias e favelas das grandes cidades, que lutavam pelo reconhecimento de direitos de estar na cidade.

Nos anos de 1970, 1980, houve uma explosão de ocupações e assentamentos populares que não obedeciam ao regramento urbanístico como alternativa para as pessoas poderem viver nas cidades. Isso implicava, e implica até

hoje, um status muito diferente em relação aos direitos de poder acessar infraestrutura e equipamentos. Loteamentos populares, irregulares, clandestinos, favelas, ocupações, é dali que surge um movimento importante por reconhecimento, regularização, integração às cidades.

- Como se deu a elaboração do estatuto e a aprovação da lei? Houve mecanismos de participação?

- A elaboração da emenda popular se deu em uma coalizão com sindicatos de engenheiros, arquitetos, profissionais do urbanismo, da moradia e advogados populares que, naquele momento, também estavam se reorganizando do ponto de vista político.

O texto foi escrito no âmbito dessa coalizão, de forma participativa, e basicamente tinha três eixos. O primeiro, que era absolutamente necessário reconhecer os assentamentos e territórios

populares como sujeitos de direitos urbanos, com acesso à infraestrutura e equipamentos públicos. Ela também afirmava que a especulação imobiliária devia ser combatida, porque a terra deveria cumprir a sua função social. E que o modo de decisão sobre a política urbana deveria incluir a participação popular nos processos decisórios sobre investimentos e planejamento, porque era justamente a inexistência dela que levava à negação de direitos.

A emenda teve mais de 300 mil assinaturas, foi apresentada ao Congresso e lá encontrou aquilo que a gente conhece muito bem: um Parlamento e um Estado muito pouco representativos dos movimentos populares, que também era resultado, naquele momento, de um pacto restrito entre as elites que limitava absolutamente o poder e a radicalidade dessas emendas.

O que restou da Emenda Popular de Reforma Urbana foi um capítulo de política urbana dentro da Constituição, novo, que não existia antes, com dois artigos. Primeiro, se afirmava que as cidades e as propriedades tinham que cumprir sua função social. Mas, ao mesmo tempo, dizia que o cumprimento dessa função social ia depender da inserção dessa questão no planejamento das cidades, nos planos diretores, é isso que estava dito ali.

E que também, para aplicar, implementar o cumprimento da função social das cidades, as propriedades que não cumprem a sua função social deveriam estar sujeitas a instrumentos como o IPTU progressivo, a urbanização, a utilização compulsória e, finalmente, a mobilização desse estoque para o seu cumprimento, mas que isso deveria estar regulado em uma lei federal.

A partir da aprovação da Constituição, começou-se um longuíssimo processo para realmente

aprovar a tal lei que iria regulamentar os tais artigos. Essa lei federal é o Estatuto da Cidade, que só foi aprovado em 2001.

- Desde a aprovação da lei, pode-se dizer que houve avanços na política urbana no Brasil? Por que tantos municípios têm tanta dificuldade para aplicar os instrumentos previstos na legislação?

- No meio desse caminho, tivemos o chamado ciclo das administrações democrático-populares. Em várias cidades do Brasil, coalizões com a participação do PT e também de outros partidos ganharam as eleições municipais.

E, a partir disso, desde 1985, com Diadema e Fortaleza, depois São Paulo, com Luiza Erundina, e outras cidades também, iniciou-se a formulação da ideia de um planejamento urbano que atendessem ao capítulo da política urbana na Constituição e introduzisse instrumentos inovadores. Então, um período de experimentação concreta nos municípios começou a acontecer ao longo dos anos 1990.

O Estatuto da Cidade foi um pouco o resultado de uma pressão pela regulamentação, mas também foi absorvendo algumas questões que aconteceram naquele momento.

A questão fundamental, e é isso que precisamos entender nesse balanço, é que, desde a Constituição, essa ideia da função social da cidade e da participação popular, o reconhecimento dos direitos de quem não tem direito, foram inseridos no marco existente do planejamento urbano da cidade, nos seus planos diretores, na sua regulação urbanística. E isso foi uma grande armadilha da própria Constituição.

O desdobramento disso tudo implicou a condução em uma direção que não era de ruptura com a ordem existente. Planos diretores e legislação urbanística das

cidades são 100% dominados pela pauta da incorporação imobiliária. Sua linguagem é a língua do setor imobiliário. Potencial, gastronomia, taxa de ocupação, tudo isso são temas, questões, pautas, agendas do mercado imobiliário, dos produtos imobiliários, e a tentativa legítima e forte que fizemos foi se enfiar dentro da lógica do modelo da colonialidade, que não tem nada a ver com o modo de construção e da relação das pessoas com o território local.

Os limites da implementação do próprio estatuto já estão colocados nesse termo. E mesmo os limites da participação, porque a participação popular experimentada eventualmente nesse período também se dá no interior deste paradigma do planejamento corporativo imobiliário, que serve para promover produtos e negócios imobiliários, e não para garantir o direito de todos e todas as cidades.

O poder urbano é muito marcado pela presença do mercado imobiliário, mas também por todo o setor de negócios, empresarial e mercantil, que tem na cidade sua fonte de rentabilidade e lucro. Você pode incluir aí concessionários de serviços públicos, empreiteiros de obras públicas e, evidentemente, tem outros elementos também: o racismo, o pacto da branquitude, a colonialidade do modelo de cidade.

São esses os limites para que esse Estatuto da Cidade possa efetivamente ser implementado como instrumento de radicalização da democracia e de ampliação do direito à cidade real.

- A senhora menciona algumas coisas que eu gostaria de explorar um pouco mais. Por exemplo, o acesso à estrutura e aos equipamentos. Desse ponto de vista, a lei que foi aprovada contribuiu de alguma maneira para que houvesse avanços e as



ocupações, favelas e assentamentos populares ampliassem seus acessos?

- Primeiro, é importante reconhecer que houve mudanças. No período pós-redemocratização, a Nova República incluiu uma pauta de investimento em favelas e periferias e com a construção de equipamentos. Não exatamente porque a lei federal mandou, mas fruto da luta, da pressão concreta, dos movimentos, daqueles que construíram esses espaços e continuaram tensionando.

Mas me parece, acho que é uma consideração política importante de fazer, que basicamente os investimentos, os equipamentos, a infraestrutura nas favelas e periferias acabaram se transformando muito mais em grande ativo eleitoral.

O que eu quero dizer com isso? O modelo de cidade não se transformou para incorporar, e isso é básico. O que essa pauta da inclusão faz é negociar a inclusão permanentemente com o voto daqueles que não estão incluídos, como

se, no âmbito do planejamento urbano, da política urbana, favelas, periferias, fiquem permanentemente numa situação de ambiguidade.

Será que é para ficar? Será que vai sumir? Será que vai ser removido? Será que vai ser consolidado? Isso é para ter? Isso pode? Isso não pode? É uma espécie de limbo, e essa ambiguidade é negociada, investimento a investimento, momento a momento, em troca do voto.

E não é apenas um voto dos

representantes históricos dos movimentos populares do campo da esquerda. Isso estruturou o jogo político eleitoral e criou esse monstro na política brasileira que se chama Centrão. O Centrão pega vários partidos de centro-direita, inclusive influenciando tremendamente o próprio campo da esquerda, não de todos os representantes, mas de uma parte deles, que não rompe com a ordem existente, mas negocia de forma discricionária e mediada politicamente, por vereadores, deputados, prefeitos etc., a inserção dessas pessoas na cidade, a cada eleição e a cada movimento, nunca rompendo totalmente.

O Estatuto da Cidade contribuiu para que isso pudesse acontecer no sentido que introduziu alguns instrumentos que, no âmbito burocrático e administrativo, poderiam viabilizar. Mas contribuiu também para manter tudo como está, porque ele não tem ali uma proposta de transformação, de ruptura da ordem urbana, mas de negociação com ela.

E mais, o que é bem mais perverso, a pauta do direito a ter direitos, que basicamente nos últimos anos, do ponto de vista do movimento, esteve de um lado muito calcada nas favelas e periferias, demandando inclusão, equipamentos, investimentos, de outro lado, na luta dos movimentos de moradia, é para ter acesso a moradia digna.

A pauta da moradia digna, inclusive, que não estava presente na Constituição, claramente, em 1988, pois entrou o direito à moradia em 2001, nem esteve presente tão claramente no Estatuto da Cidade. Embora no Estatuto tenha o reconhecimento de um dos instrumentos importantes que já havia sido experimentado antes, desde Recife, Belo Horizonte, Diadema, São Paulo, que são as Zonas Especiais de Interesse Social.

A ideia de criação de uma zona

dentro do zoneamento, que foram pensadas como áreas libertadas do zoneamento imobiliário, onde uma outra forma de produtividade poderia ocorrer, a partir dos territórios e em processos participativos conjuntos. Essa era a utopia.

Mas a Zeis virou um lugar onde não se precisa cumprir a regra do planejamento e pode fazer, por exemplo, produção de habitação muito mais densa, com muito menos recuo, construindo muito mais do que é permitido em outras áreas, produtos imobiliários chamados habitação de interesse social.

O que foi pensado para garantir a permanência dessas favelas e dessas ocupações, a não remoção, também foi completamente desvirtuado desse objetivo e se transformou em uma espécie de zoneamento exposto onde se produz habitação para viabilizar esses projetos.

Se a gente for pensar esses instrumentos numa perspectiva de ruptura, eles foram implementados concretamente numa perspectiva de inclusão, negociação, não ruptura, reforço da própria pauta.

Também não é possível dizer que ninguém ganhou nada, porque, por exemplo, até hoje muitas favelas e ocupações utilizam o fato de ser zona especial de interesse social na sua litigação, no seu movimento, na judicialização de processos que querem removê-las. Mas é no conflito, não na política concreta que foi implementada.

Eu não conheço nenhuma Zeis onde tenham sido implementados os conselhos gestores e eles tenham feito um projeto de urbanização que depois foi implementado. Às vezes também, por exemplo, esse instrumento, nos processos de conflito, aonde entra uma judicialização, é utilizado para enfrentar situações de remoção e violação de direitos.

Nem sempre com vitória, aliás, raramente com vitória para quem está, mas, eventualmente, em algumas situações, sim.

Então, eu estou falando que, no fundo, tudo o que a gente conquistou não foi por causa do estatuto, foi porque se organizou, lutou e enfrentou. É isso que, digamos, explica muito mais as conquistas.

Por outro lado, acho que precisa pensar na perversidade desse modelo político que não rompe e negocia de forma discricionária a inclusão e o quanto isso mantém a ordem urbana, garante e reproduz o poder de quem está lá e garante bases eleitorais cativas.

Há um nível de profissionalização e eficiência no chamado Centrão que chegou a todas as câmaras municipais e assembleias legislativas do Brasil.

- Diante de tudo isso, será que para o campo progressista e para os movimentos sociais valeria a pena imaginar uma outra legislação? Qual é a sua visão sobre o processo de mudança daqui para frente?

- Se houver uma aposta total no marco da regulação urbanística, dali não vai sair nada. O exemplo mais recente, trágico, que tenho para colocar na mesa foi no caso de São Paulo, que avançou na implementação concreta dos instrumentos, na incorporação aos seus planos diretores, nessa última rodada, desde o Plano Diretor de São Paulo, que incluem muito mais essa agenda.

E aí, o último ciclo perverso foi a aprovação de todo um processo de aumento de potencial construtivo na cidade, verticalização da cidade em nome de produção de habitação de interesse social, que produziu fake habitações de interesse social, estúdios para aluguel de curta temporada. Quer dizer, é um negócio que claramente não resultou naquilo que a gente sempre lutou para ter.

Portanto, do interior da regulação e do paradigma do planejamento urbano hegemônico não vai sair nada. Agora, é possível pensar uma outra regulação urbanística? Aí tem várias complexidades nisso.

A primeira complexidade é que a legislação urbanística é 100% baseada na propriedade individual da terra como elemento central. Então, já começa por aí. E quem são os proprietários? São os brancos, de classe média e alta renda.

Nós temos um país de não proprietários, onde a maior parte dos vínculos das pessoas com o território não são proprietários e a ordem urbanística e jurídica é totalmente baseada nisso. Eu estou mencionando o nível de ruptura que a gente teria que fazer para poder pensar uma outra ordem legal que correspondesse às cidades.

Há desafios muito importantes, penso que é absolutamente necessário fazer a crítica ao planejamento urbano hegemônico e necessário romper com ele, mas estou assinalando um pouco o tamanho da treta, o tamanho da questão que seria necessário pegar.

Claro que hoje também tem outros temas, como a mudança climática está colocando para nós, por exemplo, que são outros limites do próprio planejamento urbano, porque ele é sempre carbocêntrico, pensado em produção de metros quadrados de área construída, consumindo loucamente ferro, cimento, com impactos enormes de efeito estufa, trabalhando um modelo de cidade do asfalto, do automóvel, do pneu, que é 100% petróleo. Nós estamos falando disso.

Há um questionamento desse modelo, vindo de outro lugar, para repensar a relação dos humanos com a natureza, a forma de organização do território em

respeito à natureza.

Estamos vivendo hoje um tensionamento, mas ainda o modelo foi cada vez mais se aperfeiçoando para produzir não cidades qualidade, direito para todos, mas sim rentabilidade para os capitais investidos. A virada neoliberal dos anos 1990, dos anos 2000, incidiu muito fortemente sobre a cidade nessa direção. E hoje é isso. O que são esses estúdios para aluguel de curta duração? São ativos financeiros. E é isso que a regulação urbanística hoje promove.

- Eu gostaria de pedir que a senhora comente dois acontecimentos recentes que têm relação com o direito à cidade, mobilidade urbana e o meio ambiente. Houve uma grande mobilização popular em São Paulo, infrutífera, contra a derrubada de árvores para a construção de um túnel na Rua Sena Madureira. O túnel vem concretizado pela Prefeitura de São Paulo e provavelmente vai ter consequências ambientais. Outro acontecimento recente é a privatização dos trens, que, como se pôde observar nos últimos dias, resultou em caos.

- Com certeza, o exemplo do túnel da Sena Madureira e toda a resistência que foi feita é símbolo da tensão do modelo carbocêntrico e voltado para o automóvel, para a velocidade, mas essa é a forma hegemônica.

O governo que propõe isso tem maioria na população, tem maioria e controle na Câmara Municipal, é isso que está mandando na cidade. Essas outras pautas e agendas existem, esses movimentos existem, eles questionam, eles são extremamente importantes, mas eles não conseguiram, até o momento, construir um arco de alianças e uma força para poder reverter esse tipo de paradigma,

esse tipo de modelo, né?

E o mesmo eu posso dizer em relação à privatização. Acho que a boa notícia é que parece que está começando a ter uma maior consciência da própria população da cidade de que essa história de privatização é um péssimo negócio.

Agora, também a gente não pode deixar de levar em consideração que toda essa discussão de privatização é uma discussão de crítica ao modelo de gestão estatal. E a experiência concreta que as pessoas têm com ele é muito ruim.

Então, há um problema sério no campo da esquerda, pois toda crítica ao Estado que temos é formulada pela direita, que quer destruí-lo. E a esquerda fica na defesa de um modelo de Estado. Só que não faz crítica ao modelo de Estado que temos. Porque, evidentemente, as pessoas não acreditam no modelo de Estado porque elas vivem uma gestão estatal que não é legal.

É possível uma gestão pública de outra forma? Claro que é. Mas isso significa fazer a construção de uma agenda de reforma do Estado que não fizemos. Porque entramos, administramos e defendemos esse Estado contra a sua destruição. É nesse lugar que estamos.

Não é fácil fazer a crítica e pensar como poderia ser e reimaginar uma dimensão pública não estatal, por exemplo. Porque me parece, nessas alturas dos acontecimentos, depois de tanta experiência que a gente tem, que é difícil fazer o modelo estatal realmente.

Não estou falando em termos de eficiência, estou pensando, e falo com muita tranquilidade, porque eu vivi a gestão no nível municipal e no nível federal, eu sou gestora, além de urbanista, e eu sei que, com esse Estado, é muito difícil conseguir fazer as coisas. ■



Michelle Bolsonaro anuncia candidatura ao Senado, mas não comparece a convenção do PL

Mesmo ausente da convenção do PL, ex-primeira-dama teve o nome confirmado na disputa pelo Distrito Federal em discurso lido pelo irmão no domingo (2)

Redação Focus Brasil

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL) confirmou sua candidatura ao Senado pelo Distrito Federal, mesmo sem participar da convenção do partido realizada no domingo (2).

O anúncio foi feito em discurso lido por Diego Torres, irmão da ex-primeira-dama. No texto, ela afirma que é “só o começo de uma caminhada para devolver esperança e liberdade”. “Por isso que aceitei esse desafio. Sou pré-candidata ao Senado. Meu marido escolheu o Flávio para estar à frente dessa multidão e vamos caminhar juntos e a passos largos. Queremos justiça de verdade”, afirmou.

Um dia antes, Michelle Bolsonaro publicou nas redes sociais uma foto em uma cama de hos-

pital e agradeceu “pelas orações e por todo carinho”. Ela esteve internada para realizar uma bateria de exames e investigar enxaquecas recorrentes.

Racha no núcleo bolsonarista

A candidatura ao Senado reorganiza a estratégia do bolsonarismo após a briga pública entre Michelle e Flávio Bolsonaro, em junho. O conflito envolveu divergências sobre palanques eleitorais e acusações de desrespeito político, expondo um racha no núcleo bolsonarista em meio às articulações para as eleições.

Na época, surgiram rumores de que Michelle poderia substituir Flávio Bolsonaro na corrida presidencial, já que o primogênito de Jair Bolsonaro perdia força nas pesquisas em meio a escândalos de corrupção e ao envolvimento com o caso Banco Master.

No entanto, pesquisa Atlas/Bloomberg, realizada após a divulgação do vídeo em que Michelle criticou o enteado, mostrou que 81,9% dos eleitores que votaram em Jair Bolsonaro em 2022 preferem Flávio como candidato do bolsonarismo à Presidência. Apenas 14,7% apontaram Michelle como a melhor opção.

O levantamento ouviu 4.999 eleitores entre 26 e 30 de junho, por meio de recrutamento digital aleatório. A margem de erro é de um ponto percentual e o nível de confiança, de 95%. A pesquisa foi registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número BR-04582/2026.

A candidatura ao Senado marca um novo rumo na carreira política de Michelle Bolsonaro. Seu marido, o ex-presidente Jair Bolsonaro, cumpre pena após ser condenado pelo Supremo Tribunal Federal por tentativa de golpe de Estado. ■



Convenções partidárias chegam ao fim e calendário eleitoral entra em nova fase

Prazo termina na quarta-feira (5); pedidos de registro seguem até 15 de agosto, campanha começa no dia 16 e horário eleitoral será aberto em 28 de agosto

Henrique Nunes

As convenções partidárias, etapa em que os partidos oficializam os candidatos que disputarão as eleições de 2026, poderão ser realizadas até quarta-feira (5). A fase seguinte será marcada pelo registro das candidaturas, pelo início da campanha e pela preparação da Justiça Eleitoral para a votação de outubro.

Entre os nomes já confirmados na corrida ao Palácio do Planalto estão o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que tentará a

reeleição; o senador Flávio Bolsonaro (PL); o ex-governador de Goiás Ronaldo Caiado (PSD); o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo); o empresário Renan Santos (Missão); o economista Edmilson Costa (PCB); a dentista Samara Martins (UP); o presidente do PCO, Rui Costa Pimenta; o professor Hertz Dias (PSTU); e o advogado Leonardo Avalanche (PRTB).

Para os governos estaduais, levantamentos iniciais apontavam pelo menos 51 nomes homologados. O número total de candidatos a governador, porém, deve ser maior até quarta-feira, já que as executivas regionais realizam dezenas de eventos simultâneos até

o encerramento do prazo legal.

Neste ano, os brasileiros irão às urnas em 4 de outubro para eleger presidente da República, governadores, senadores, deputados federais, estaduais e distritais. Caso haja necessidade de segundo turno para presidente e governadores, a votação será realizada em 25 de outubro.

Registro e início da campanha

Mesmo após o encerramento das convenções, o processo de oficialização dos candidatos ainda não estará concluído. Partidos, federações e coligações têm até as 19h de 15 de agosto para apresentar os pedidos de registro à Justiça Eleitoral. Nessa etapa, serão analisados os requisitos legais, a documentação apresentada e as condições de elegibilidade.

No dia seguinte, 16 de agosto, começa a propaganda eleitoral. A partir dessa data, os candidatos poderão pedir votos de forma explícita e promover campanhas nas ruas e na internet, respeitando as regras estabelecidas pela Lei das Eleições e pelas resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Horário eleitoral e restrições

O horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão terá início em 28 de agosto e seguirá até 1º de outubro, período reservado à divulgação das propostas dos candidatos no primeiro turno.

Também neste mês entram em vigor restrições para emissoras de rádio e televisão. A partir de 6 de agosto, a legislação proíbe, entre outras práticas, a veiculação de propaganda política fora dos espaços previstos em lei, o tratamento privilegiado a candidatos, partidos, federações ou coligações e a divulgação de conteúdos que possam influenciar indevidamente o eleitorado. ■



Em meio a novos ataques, TSE inicia campanha para combater desinformação nas eleições

Além de ações para combater a circulação de mensagens falsas, Tribunal Superior Eleitoral realizará lives para atestar segurança das urnas eletrônicas

Henrique Nunes

Os ataques recentes ao sistema eleitoral brasileiro e às urnas eletrônicas, em narrativas de desinformação impulsionadas por figuras políticas ligadas ao campo da extrema direita, motivaram uma reação

imediata e coordenada do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Depois de publicar uma nota em resposta às fake news sobre as urnas eletrônicas propagadas pelo senador e candidato do PL à Presidência da República, Flávio Bolsonaro, o TSE decidiu ampliar as ações em defesa do sistema eleitoral brasileiro às vésperas do pleito.

Uma delas é a Semana Nacional

do Sistema Eletrônico de Votação, que contará com demonstrações sobre o uso da urna, palestras, exposições e ações de combate à desinformação contra o sistema eletrônico de votação.

A partir desta segunda-feira (3), o TSE começa a realizar lives nas redes sociais para demonstrar o funcionamento de cada componente da urna. Durante a transmissão, o equipamento será aberto pelos técnicos do tribunal.

Também será lançada a campanha “Fato ou Boato – Viralizou” para esclarecer dúvidas sobre a veracidade de conteúdos que são publicados na internet.

A mobilização será encerrada no próximo domingo (9) na Corrida Pela Democracia, que será realizada em Brasília. A atividade esportiva pretende estimular a participação popular no processo eleitoral.

Boto fé

Outra medida anunciada pelo Tribunal envolve igrejas, comunidades de fé, organizações civis, educadores, comunicadores e à população em geral. Trata-se da campanha Boto Fé, criada para combater a circulação de mensagens falsas durante o período eleitoral, lançada no dia 30 de julho.

Por meio da iniciativa, organizações ecumênicas buscam fortalecer a circulação de informações confiáveis, incentivar o voto consciente e promover o compromisso com a verdade nas eleições deste ano.

A diretora executiva da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese) e integrante da campanha Sônia Mota destaca que a iniciativa, sob o tema “Eu escolho a verdade”, parte do reconhecimento de que as comunidades de fé são espaços estratégicos para a circulação de informações confiáveis e para o fortalecimento da democracia. ■



Pesquisa BTG/Nexus mostra Lula com 41%, contra 37% de Flávio Bolsonaro no primeiro turno

Demais candidatos permanecem em patamares de um dígito: Ronaldo Caiado tem 5%, Renan Santos, 4%, e Romeu Zema, 3%

Rose Silva

Pesquisa BTG/Nexus divulgada nesta segunda-feira (3) aponta redução da distância entre os dois principais candidatos no primeiro turno. No principal cenário estimulado, Lula registra 41% das intenções de voto, e Flávio Bolsonaro, 37%.

Em relação à rodada anterior, Lula oscilou de 42% para 41%, enquanto Flávio Bolsonaro avançou de 33% para 37%, reduzindo a diferença entre ambos para quatro pontos percentuais, dentro da margem de erro. Os demais candidatos permanecem em patamares de um dígito: Ronaldo Caiado tem 5%, Renan Santos, 4%, e Romeu Zema, 3%.

No segundo turno entre Lula e Flávio Bolsonaro, o cenário per-

manece equilibrado. Lula aparece com 46% das intenções de voto, contra 45% de Flávio Bolsonaro. Em comparação com a rodada anterior, Lula oscilou de 47% para 46%, enquanto Flávio Bolsonaro avançou de 43% para 45%, reduzindo a vantagem do presidente para apenas um ponto percentual, diferença dentro da margem de erro da pesquisa.

O levantamento também indica maior consolidação das preferências eleitorais. Entre os entrevistados que escolheram um candidato no primeiro turno, 75% afirmam que sua decisão de voto já está tomada e não deve mudar até a eleição. Outros 23% dizem que ainda podem alterar sua escolha, enquanto 2% não souberam responder. Trata-se do maior índice de decisão consolidada registrado na série histórica da pesquisa.

A fidelidade do eleitorado per-

manece mais elevada entre os principais polos da disputa. Entre os eleitores de Lula no primeiro turno, 83% afirmam que seu voto já está definido, percentual que chega a 80% entre os eleitores de Flávio Bolsonaro.

Considerando os grupos ideologicamente mais identificados, 86% dos lulistas convictos e 85% dos bolsonaristas convictos afirmam que sua decisão de voto não deve mudar até a eleição, reforçando o elevado grau de polarização e fidelidade eleitoral na disputa presidencial.

Foram ouvidos 2.002 eleitores por telefone, entre 31 de julho e 2 de agosto de 2026. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%. O levantamento ouviu eleitores de todas as regiões do país e integra a série histórica de monitoramento eleitoral conduzida pela BTG/Nexus para acompanhar a corrida presidencial de 2026. ■



Debate na FPA marca relançamento de clássico do economista Paul Singer

Evento realizado na terça-feira (11) apresenta ao público nova edição de Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana, parceria da Fundação com a Editora Unesp e o Instituto Paul Singer

Guto Alves e Henrique Nunes

A Fundação Perseu Abramo (FPA) recebe, na terça-feira (11), em sua sede, em São Paulo, um debate para celebrar o relançamento do livro Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana, uma das obras mais influentes e importantes do renomado economista e sociólogo Paul Singer.

A nova edição, que integra a

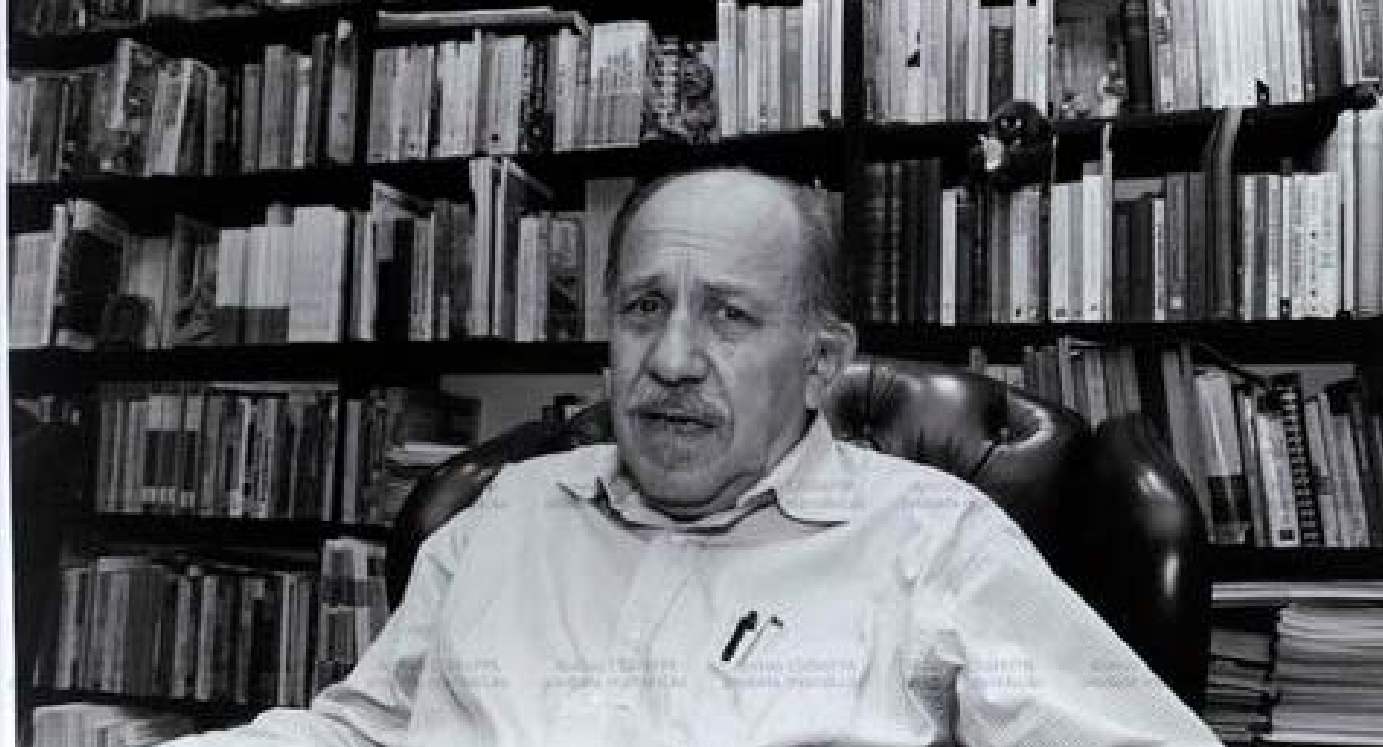
coleção que leva o nome do autor, surge de uma parceria firmada entre a Fundação Perseu Abramo, centro de formação política e de produção de conhecimento do PT, a Editora Unesp e o Instituto Paul Singer.

Organizado por André Singer, Helena Singer e Suzana Singer, o livro traz apresentação de Ana Claudia Veiga de Castro e Nilce Aravecchia-Botas, com destaque para o prefácio original, de 1969, redigido pelo sociólogo Florestan Fernandes.

“Ao estabelecer o nexos funda-

mental entre desenvolvimento capitalista periférico e urbanização, Paul Singer busca as especificidades de um processo em que as partes se encontram em tempos históricos e processos demográficos diferentes, mas estão atadas por uma mesma dinâmica econômica dominante: o capitalismo em desenvolvimento na periferia”, pontua o diretor da Fundação Perseu Abramo, Carlos Henrique Árabe, na orelha que acompanha o livro.

A obra, que traz o subtítulo Análise da evolução econômica



de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife, é resultado do doutorado de Paul Singer em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), onde também foi professor.

Na mesma época, colaborou para a fundação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). Após a redemocratização, exerceu o cargo de secretário de Planejamento da Prefeitura de São Paulo, entre 1989 e 1992, e chefiou a Secretaria Nacional de Economia Solidária, ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego, entre 2003 e 2016.

Coleção na FPA

Em agosto de 2025, a FPA disponibilizou em seu site trechos de seis livros do autor, em parceria com a Editora Unesp.

“Nessa grande elaboração, Paul Singer, além de atualizar a noção clássica de unidade entre democracia e socialismo, propõe um socialismo democrático em construção a partir da base. Assim, podemos saudar o primeiro volume da coleção de obras de Paul Singer como uma contribuição ao futuro e, vale dizer, às possibilidades emancipadoras do presente”, explicou Árabe.

As publicações integrais po-

derão ser adquiridas pelo site da Editora Unesp.

O debate

Participam do evento de relançamento Ana Claudia Veiga de Castro, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP); Guilherme Simões Pereira, ex-secretário nacional de Periferias do Ministério das Cidades; Nilce Aravecchia-Botas, professora da FAU-USP; e Sarah Feldman, arquiteta, urbanista e professora aposentada do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP (IAU-USP). A mediação será de Carlos Henrique Árabe.

A FPA transmitirá o evento ao vivo em seu canal no YouTube.

Quem foi Paul Singer

Paul Singer (1932-2018) foi um influente economista, professor universitário e intelectual austro-brasileiro, amplamente reconhecido como o principal teórico e impulsionador da economia solidária no Brasil.

Nascido em Viena, Singer imigrou para o Brasil em 1940 para fugir do nazismo e iniciou sua trajetória como operário metalúrgico e líder sindical na década de 1950.

Mais tarde, consolidou uma

sólida carreira acadêmica na Universidade de São Paulo e tornou-se um dos fundadores do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento e do Partido dos Trabalhadores, destacando-se como uma das vozes mais respeitadas do pensamento econômico de esquerda no país.

Ao longo da vida pública, o economista aliou a produção intelectual à prática política. Singer defendeu o cooperativismo, a autogestão e a inclusão social como alternativas viáveis ao modelo capitalista tradicional.

Seu legado permanece vivo na estrutura de cooperativas populares espalhadas pelo Brasil e na legislação nacional de fomento ao setor, que hoje carrega oficialmente seu nome.

Serviço

Debate de lançamento da reedição do livro Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana, de Paul Singer

Data: terça-feira, 11 de agosto, às 18h30

Local: Fundação Perseu Abramo, Rua Francisco Cruz, 234, Vila Mariana, São Paulo

Transmissão simultânea pelo canal da Fundação Perseu Abramo no YouTube



Na 8ª edição, Flipei amplia programação e se consolida como espaço político e de resistência à censura

Claudia Rocha

Nesta quarta-feira (5), começa a Festa Literária Pirata das Editoras Independentes, a Flipei. O evento ocorre

em São Paulo com uma extensa e diversificada programação que vai até o domingo (9) no Galpão Elza Soares, espaço do MST no bairro dos Campos Elíseos, na região central.

Na oitava edição, o encontro conta com mais de 150 expositores e se destaca pela ampliação

dos debates, com convidados nacionais e internacionais do pensamento crítico voltado ao tema dos movimentos sociais, política e literatura.

Os ataques à Palestina, a discussão sobre a adoção da Tarifa Zero, violência racial, Inteligência Artificial, soberania dos povos

e questões políticas e econômicas do Sul Global estão entre os principais temas. A edição deste ano prevê ainda a distribuição de livros a estudantes, professores da rede pública e coletivos ligados a cursinhos populares.

Como destaque, além dos livros, será oferecido ao público uma programação musical com shows gratuitos do rapper mineiro FBC, a banda punk Inocentes, além de festas de música latina e funk a preços populares.

“É uma das poucas festas literárias do Brasil que tem festa de verdade. O resto só tem nome de festa, mas são, na verdade, feiras, as festas que elas promovem são em espaços privados”, comenta Cauê Seignemartin, um dos organizadores da Flipei.

Exposição censurada

Em maio deste ano, a exposição “Funk: um grito de ousadia e liberdade”, que estava em cartaz no Museu da Língua Portuguesa, foi encerrada antes da data prevista devido a críticas e denúncias ao Ministério Público por parte de parlamentares do PL na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Como forma de combater a censura instalada contra a mostra, haverá a remontagem da exposição dentro da programação da feira, em um dos espaços parceiros. “Trabalhamos na chave da solidariedade. Eles têm armas, grana, a mídia, nós atuamos com os trabalhadores, oprimidos, precisamos de uma grande frente ampla”, pontua Seignemartin.

Alvos da extrema direita

O crescimento da programação e a consolidação perante o público ocorre em um contexto de resistência que começou ainda

em 2019, nos primeiros ataques políticos que o evento sofreu. Com uma proposta de alternativa à Flip, Festa Literária Internacional de Paraty, a Flipei realizou boa parte de suas edições na cidade do Rio de Janeiro com a transferência para São Paulo em 2024.

O alinhamento aos ideais de esquerda colocam a festa literária no centro da polarização política no país. O idealizador Cauê Seignemartin lembra dos ataques sofridos por bolsonaristas nas primeiras edições e conta que a decisão de realização em São Paulo veio nesse contexto.

Para Seignemartin, “a Flipei acabou se consolidando a partir do recuo da esquerda, de certa forma, por causa da ascensão da extrema direita. Outros eventos que cumpriam esse papel de encontro como Fórum Social Mundial e o Festival da Utopia não têm mais a força, aquele impacto, que tinham. E acaba que, nesse sentido, também sofremos com as consequências disso, com os ataques”.

“A Flipei é feita por trabalhadores da base, pelos editores, por quem está com os livros nas mãos o dia inteiro, com os trabalhadores do meio, nós vivemos esse mercado”, diz Cauê Seignemartin.

Dentre as diferenças perante outros eventos do gênero, há o fato de que os expositores não pagam taxas. Além disso, o fundador da editora Autonomia Literária explica que para outros realizadores pautar determinados temas se torna difícil a partir do financiamento. “Para muitos, não é possível colocar certos debates por causa dos patrocinadores”, opina.

Na edição do ano passado, a prefeitura de São Paulo, com Ri-

cardo Nunes, cancelou a autorização do evento que ocorreria na Praça das Artes, dias antes da realização, alegando uso político do espaço, o que fez com que a organização tivesse que realocar a festa literária às pressas em outro espaço.

Convidados Internacionais

Na programação de debates, são mais de 10 nomes de pesquisadores, ativistas e autores de outros países como: Ruth Wilson Gilmore, referência mundial no debate sobre abolicionismo penal e o sistema prisional; o historiador e jornalista Vijay Prashad, que discute o imperialismo e as lutas do Sul Global; a ativista pacifista Medea Benjamin (cofundadora do Code Pink), focada em direitos humanos e anti-intervencionismo; o premiado jornalista Gideon Levy, colunista do jornal Haaretz conhecido por sua cobertura da ocupação da Palestina.

Os nomes nacionais também não ficam atrás na atratividade do público, dentre eles: Txai Suruí, Cida Bento, Jamil Chade, Bel Santo Mayer, Luiza Erundina, Michel Alcoforado e Rita von Huntz.

Piratinhas

Assim como na edição passada, será realizada uma programação infantil. As crianças serão recebidas em um espaço com atividades lúdicas e inclusivas. A área será organizada em parceria com o Kindezi, projeto voltado ao cuidado e à formação das infâncias a partir de referências indígenas e afro-brasileiras. De acordo com a organização, o evento proporciona espaços com acessibilidade para pessoas com deficiência. ■



Glen Hansard, astro de Once e vencedor do Oscar, morre aos 56 anos

Músico irlandês morreu em um acidente de motocicleta; buskers e admiradores ocuparam as ruas de Dublin para homenagear o artista que fez da música e da solidariedade marcas de sua trajetória

Fernanda Otero

O músico irlandês Glen Hansard, 56, morreu na quarta-feira, 29, em um acidente de motocicleta na região metropolitana de Dublin. Ele chegou a ser socorrido, mas teve a morte constatada ainda no local. Deixa um filho de 3 anos.

A notícia silenciou os palcos

e as ruas da capital irlandesa, as mesmas em que Hansard começou a tocar, aos 13 anos, e às quais voltou todos os anos até o fim da vida.

Das ruas ao Oscar

Hansard cresceu em Ballymun, bairro periférico e violento de Dublin. Abandonou a escola aos 13 anos e foi para o centro da cidade fazer busking, prática de tocar nas ruas em troca de doações. Foi ali que desenvolveu a carac-

terística mais citada por quem o conheceu: a solidariedade com o próximo.

Em 1991, aos 21 anos, participou do clássico irlandês The Commitments e alcançou as primeiras posições nas paradas do país com sua banda, The Frames. Em 2006, formou o duo The Swell Season com a tcheca Markéta Irglová, sem abandonar o grupo.

A projeção internacional veio com Once (2007), que protagonizou ao lado de Markéta. O fil-

me acompanha dois jovens que tentam se firmar como músicos enquanto enfrentam conflitos e decepções amorosas. Sem final feliz, tornou a dupla um sucesso mundial e rendeu a ambos o Oscar de melhor canção original, em 2008, por “Falling Slowly”.

Hansard seguiu carreira solo a partir de 2012, com *Rhythm and Repose*, e foi indicado ao Grammy pelo álbum *Didn't He Ramble*, de 2015.

O busking de Natal

Desde 2010, Hansard organizava, na véspera de Natal, um busking coletivo na Grafton Street para arrecadar doações destinadas à população em situação de rua de Dublin.

A origem do evento, contada por ele a um veículo australiano, é quase accidental. Na antevéspera de Natal, andava apressado pelo centro para fazer as últimas compras quando foi abordado por um voluntário de um coro que cantava canções natalinas. Recusou o convite, foi para casa e se sentiu culpado. Na noite seguinte, pegou o violão e foi para a rua fazer o que fizera durante boa parte da vida: busking. Decidiu que a arrecadação iria para a ONG Simon Community, que atende pessoas sem-teto.

Nas primeiras canções, um amigo músico se juntou a ele. Depois veio a multidão, e outros artistas passaram a se revezar. O ato virou tradição anual, com grandes nomes da música irlandesa e aparições como a de Bono. Hansard fazia questão de ajustar a agenda internacional de shows para não perder nenhuma edição, mantendo sempre o formato de movimento de rua, sem palco nem ingresso.

Um por todos

A morte súbita chocou o país. No local do acidente, fãs deixa-

ram flores. Na quinta-feira (30), músicos de diferentes pontos da cidade se reuniram no centro para uma homenagem coletiva, e vários buskers tocaram “Falling Slowly”.

O compositor Barra Donovan, de Swords, lamentou a perda. “Once foi um dos meus filmes favoritos enquanto eu crescia, e sua música foi uma grande influência no meu trabalho de compositor. Ele era um pilar para a nossa comunidade. Estamos todos desolados”, disse. Donovan lembrou um encontro recente com Hansard. Ao pedir um conselho, ouviu: “Não pare e não desista”.

Para o músico e compositor Chris James, Hansard representa toda uma cultura de músicos, poetas e artistas irlandeses. “Ele era a personificação da arte”, resumiu. James acredita que o busking de Natal será mantido. “Eu acredito que será ainda maior: um por todos e todos por um, vamos manter a tradição.”

Uma referência internacional

O alcance de Hansard extrapolou os nascidos na ilha. Para a brasileira Paula Freitas, que mora na Irlanda há oito anos, o músico foi a primeira chave de leitura do país.

“Muito mais do que homenagem, é agradecimento”, disse ela, emocionada, ao comparecer às homenagens. “Fui apresentada a Glen em 2019, pouco depois de chegar à Irlanda. Como todo imigrante, o primeiro contato que a gente tem com ele é pelo filme *Once*.”

A partir dali, conta, veio o resto: outros artistas, outras referências, outra compreensão da Irlanda. “Ele é um artista que agrega muito em tudo o que faz. Através dele consegui conhecer outros artistas, entender um pouco mais da Irlanda, da generosidade

dele e viver momentos especiais por causa das músicas dele e da Markéta.”

Paula acompanhou shows do cantor sozinho e ao lado da parceira tcheca, entre eles uma apresentação no National Concert Hall, em que Hansard chamou crianças e famílias para cantar com ele, e outra na Vicar Street, no lançamento de “The Answer Is Yes”. O busking de Natal, no entanto, ficou entre os planos não cumpridos. “Nunca tive a oportunidade de me deparar com ele na Grafton, ou às vezes pegar ele ali com o Bono. Nunca tive, não.”

Ela morava na região onde ocorreram as homenagens e se mudou recentemente. “Não tinha lugar melhor para esse ciclo ser fechado. Ver as homenagens, perceber quão especiais são as pessoas que o cercavam e experimentar essa atmosfera acalenta um pouco o coração.”

A despedida

Diferentemente do Brasil, na Irlanda o velório e o enterro não ocorrem em 24 horas. O processo pode levar até uma semana. O velório costuma acontecer na casa da família ou em uma agência funerária, em meio a uma pequena celebração, com comida e bebida. O de Glen Hansard começou nesta segunda-feira (3), e o enterro está marcado para terça-feira (4).

O intervalo, estranho aos olhos brasileiros, faz sentido para quem já viveu os dois lados. “Comparado com o Brasil, leva muito tempo”, avalia Paula. “Mas, do ponto de vista de quem ficou, é um tempo necessário: ajuda a pessoa a digerir a situação e a se recompor para estar presente nesses últimos momentos, que é quando todo mundo se junta e relembra as memórias. Você precisa estar forte para um momento desses. Eles dão muito valor a essa despedida.” ■



Sala de consumo supervisionado em Dublin registra 436 overdoses sem nenhuma morte

Projeto-piloto da ONG Merchants Quay Ireland já atendeu 1.887 pessoas e integra tendência europeia de tratar o uso de drogas como questão de saúde pública

Por Fernanda Otero

A primeira sala de consumo supervisionado de drogas ilícitas da Irlanda funciona em Dublin, na sede da organização Merchants Quay Ireland (MQI), e já registrou 436 overdoses não fatais, sem nenhuma morte, desde que foi aberta, em dezembro de 2024. O serviço, chamado Medically Supervised Injec-

tion Facility (MSIF), tem sete cabines de injeção supervisionada e capacidade para atender cerca de 60 pessoas por dia. Ao todo, 1.887 pessoas passaram pelo espaço.

O modelo é simples: o usuário leva a própria substância e a consome sob a observação da equipe de saúde, que intervém em caso de overdose e oferece encaminhamento para outros serviços. A heroína é a droga mais consumida, usada por 72% dos frequentadores. O público é majoritariamente masculino, com 77% de homens e

22% de mulheres, e concentrado na faixa dos 35 aos 44 anos, que representa 40% dos usuários. Em seguida aparecem os grupos de 45 a 54 anos, com 29%, e de 25 a 34 anos, com 22%.

Piloto financiado pelo Estado

A instalação opera como projeto-piloto com financiamento público, que cobre os custos anuais de funcionamento e parte da reforma do prédio. Previsto ini-



cialmente para durar 18 meses, o piloto foi prorrogado por mais 12 meses, enquanto o governo irlandês avalia os resultados da primeira fase. Em maio deste ano, o serviço obteve autorização para operar em caráter permanente.

A base legal é a Misuse of Drugs (Supervised Injecting Facilities) Act, de 2017, que autorizou a criação e a regulamentação desse tipo de equipamento na Irlanda. Segundo o serviço público de informação ao cidadão do país, o objetivo das salas é reduzir os danos às pessoas que injetam drogas, diminuir o consumo em espaços públicos e o descarte de material usado nas ruas.

Resistência pontual

Segundo a MQI, a oposição ao equipamento foi menor do que se poderia esperar. “De modo geral, não temos resistência aos nossos serviços”, afirma a organização, que registrou algumas objeções formais no anúncio da abertura, em 2024, reduzidas a questões pontuais até a decisão sobre o licenciamento definitivo, neste ano.

Fundada como entidade bene-

ficente em 1991, a MQI atendeu 11.974 pessoas no ano passado, em 183.763 atendimentos individuais. Os serviços vão de refeições quentes e banho no espaço de acesso livre Riverbank até desintoxicação e reabilitação em unidades residenciais espalhadas pelo país. Outro braço da organização, o serviço feminino Jane’s Place, atendeu 255 mulheres em 2025.

“Nossa missão central segue sendo promover saúde, reduzir os danos causados pelo vício e pela situação de rua e apoiar a recuperação”, diz a entidade, cuja estratégia para 2025-2027 se apoia em quatro eixos: serviços aos usuários, inovação, pessoas e cultura, e governança e reputação, com a “experiência vivida” no centro das decisões.

Posse ainda é crime

A abertura do espaço não alterou o marco penal irlandês. A posse de substância controlada continua sendo uma infração criminal no país, punível, em julgamento sumário, com multa ou até 12 meses de prisão. A pena pode chegar a sete anos em julgamento com

júri. Para a cannabis, a primeira e a segunda condenações resultam em multa; a terceira pode levar à prisão.

Questionada sobre mudanças no perfil dos usuários após alterações na regulamentação da posse, a MQI foi direta: “Ainda é crime estar na posse de uma droga controlada na Irlanda, então não vimos mudanças relacionadas a isso.”

O país prepara, porém, uma inflexão. A partir de 1º de setembro de 2026, entra em vigor um esquema de encaminhamento à saúde, o Health Referral Scheme, pelo qual pessoas flagradas pela primeira vez com drogas para uso pessoal poderão ser encaminhadas pela polícia ao serviço de saúde para avaliação, evitando a condenação criminal.

Tendência europeia

O caso irlandês insere-se em um movimento mais amplo no continente. Levantamento da Agência da União Europeia sobre Drogas (EUDA) mostra que cerca de metade dos países do bloco sequer tipifica o uso de drogas como uma infração específica. É o caso de Áustria, Bélgica, República Tcheca, Dinamarca, Itália, Países Baixos, Polônia, Eslováquia e Eslovênia. Em Portugal, o uso e a posse para consumo próprio são infrações administrativas, com encaminhamento para tratamento em vez de prisão. Na Suíça, a posse de quantidade ínfima para consumo pessoal não é crime.

Na própria Irlanda, segundo a EUDA, o uso de drogas em si não é criminalizado, com exceção do ópio preparado, e a lei de 1977 já prevê que o tribunal encaminhe o condenado para tratamento médico em vez de aplicar uma pena. É essa brecha entre a repressão à posse e o entendimento do consumo como problema de saúde que salas como a de Dublin ocupam. ■



01/08/2008

Classe C já é maioria da população no país

Em 2008, um estudo do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) anunciou uma mudança histórica no perfil socioeconômico do Brasil: pela primeira vez, mais da metade da população brasileira fazia parte da chamada classe C. Segundo a pesquisa “A Nova Classe Média”, cerca de 100,5 milhões de brasileiros haviam alcançado esse grupo, a partir do resultado da combinação entre crescimento econômico, geração de empregos formais, aumento da renda e políticas de inclusão social, baseado em dados do IBGE.

Na época, a classe C era composta por famílias com renda mensal entre R\$ 1.064 e R\$ 4.591, enquanto o salário mínimo era de R\$ 415. Entre 2002 e 2008, a participação da classe C passou de 44,19% para 51,89% da população. Ao mesmo tempo, as classes D e E diminuíram, e o índice de

Gini, que mede a desigualdade de renda, apresentou queda, indicando uma redução das diferenças sociais no período.

Os números refletiam um cenário de expansão do emprego formal, ampliando acesso a crédito e aumento do consumo. A compra da casa própria, do primeiro carro e de bens como computadores passou a fazer parte da realidade de milhões de famílias brasileiras, fortalecendo a ideia de ascensão social e ampliando o mercado consumidor.

Quase duas décadas depois, esses dados seguem sendo uma referência para compreender um dos períodos de maior mobilidade social da história recente do país. Ao mesmo tempo, especialistas apontam que parte desses avanços foi impactada por crises econômicas posteriores, pela recessão iniciada em 2014, pelos efeitos da pandemia de Covid-19

e pelo aumento do custo de vida, fatores que dificultaram a manutenção das condições de renda e consumo conquistadas por muitas famílias.

O debate atual também amplia o olhar sobre o conceito de “nova classe média”. Se, por um lado, o crescimento da renda representou um avanço importante na redução da pobreza e da desigualdade, por outro, pesquisadores destacam que a melhoria do poder de consumo nem sempre foi acompanhada pela universalização de direitos, como educação pública de qualidade, moradia adequada, mobilidade urbana e acesso a serviços essenciais.

Hoje, a pesquisa da FGV permanece como um retrato de um momento de transformação social no Brasil e ajuda a compreender como políticas de geração de emprego, valorização da renda e ampliação do acesso a direitos podem alterar o perfil socioeconômico do país.



02/08/1962

Olha que coisa mais linda, mais cheia de graça!

Em agosto de 1962, a boate Au Bon Gourmet, em Copacabana, recebeu a estreia de “O Encontro”, espetáculo que reuniu três dos maiores nomes da Bossa Nova: Tom Jobim, João Gilberto e Vinícius de Moraes, acompanhados pelo grupo vocal Os Cariocas.

O show apresentou ao público músicas inéditas que se tornaram marcos da música brasileira, como “Garota de Ipanema”, “Só Danço Samba”, “Samba do Avião”, “Samba da Bênção” e “O Astronauta”. Entre elas, “Garota de Ipanema” que ultrapassou as fronteiras do país e se consolidou como a composição brasileira mais ouvida no mundo.

A apresentação também marcou a estreia de Vinícius de Moraes nos palcos como intérprete. Na época, o poeta ainda era diplo-

mata do Itamaraty e precisou de autorização oficial para participar do espetáculo. Foi obrigado a se apresentar de terno e gravata, em respeito às exigências do cargo, mas, ao longo da temporada, adotou um visual mais descontraído.

O sucesso fortaleceu a presença de Vinícius nos palcos e abriu caminho para futuras parcerias, especialmente com Toquinho, com quem formaria uma das duplas mais importantes da música popular brasileira.

Nos meses seguintes, “Garota de Ipanema” ganhou diferentes gravações no Brasil e, em 1963, alcançou projeção internacional. A versão em inglês, “The Girl from Ipanema”, gravada por Astrud Gilberto, Stan Getz e João Gilberto, tornou-se um sucesso mundial, venceu o Grammy e ajudou a consolidar a Bossa Nova como um dos

principais movimentos da música brasileira no exterior.

A canção também passou a integrar o repertório de grandes artistas internacionais, como Frank Sinatra, Ella Fitzgerald, Sarah Vaughan, Louis Armstrong e Nat King Cole, tornando-se um dos maiores símbolos da cultura brasileira.

A inspiração para a música era Helô Pinheiro, na época uma jovem de 19 anos que passava diariamente em frente ao bar Veloso, em Ipanema, onde Tom Jobim e Vinícius de Moraes costumavam se encontrar. Anos depois, o local foi rebatizado como Bar Garota de Ipanema, enquanto a antiga Rua Montenegro passou a se chamar Rua Vinícius de Moraes, eternizando a história que deu origem a um dos maiores clássicos da música brasileira.



06/08/1931

Nasce uma coleção para pensar o Brasil

A Companhia Editora Nacional lança projeto ousado: a Biblioteca Pedagógica Brasileira, composta de cinco séries complementares:

- Literatura Infantil, cujo primeiro volume é “Reinações de Narizinho”, de Monteiro Lobato;
- Livros Didáticos, dirigida a estudantes de escolas primárias, cursos secundários e superiores;
- Atualidades Pedagógicas, voltada para a formação de professores (seguindo os princípios de renovação pedagógica iniciados na década passada e conhecidos como “escola nova”);
- Iniciação Científica, com obras de sociologia, psicologia, higiene e outros temas;
- Coleção Brasiliana, que pretende apresentar o Brasil para os brasileiros, com publicações de história, antropologia, sociologia, relatos de viajantes, biografias, memórias, ensaios e interpretações do país.

Seu objetivo não era modesto: mobilizar o Estado, a imprensa e o povo para a construção de uma educação pública de qualidade em todo o território nacional.

Pela primeira vez na nossa história, a produção dos livros era encomendada a intelectuais reconhecidos. Os preços eram acessíveis, e as tiragens, grandes, para que mais pessoas pudessem adquirir as obras. Os primeiros volumes foram lançados em 1931.

O projeto foi lançado em 1931 e precisa ter um olhar crítico quando reverenciado nos dias atuais: quem eram os intelectuais reconhecidos? Quem tinha o direito de produzir conhecimento sobre o Brasil? E, sobretudo, quais vozes ficaram de fora dessa narrativa?

A democratização do acesso aos livros não significou a democratização da produção do conhecimento. Em um país marcado pelo racismo e pelas desigualdades sociais, raciais e regionais, a construção de uma ideia de Brasil também carregava as marcas de uma elite intelectual que, muitas vezes, falava sobre o povo, sem que o povo tivesse o mesmo espaço para falar por si.

Essa contradição se torna ainda mais evidente na literatura infantil por contribuir com o imaginário de gerações de brasileiros. A presença de Monteiro Lobato

na coleção nos obriga a refletir sobre como uma política de ampliação do acesso à leitura pode reproduzir representações racistas e estereotipadas. O acesso ao conhecimento é fundamental, mas também é fundamental disputar qual conhecimento circula, quem o produz e quais sujeitos são reconhecidos como produtores de saber.

Por isso, pensar a Biblioteca Pedagógica Brasileira hoje exige ir além da celebração de seu caráter inovador. É necessário reconhecer sua importância histórica sem deixar de questionar os limites de um projeto que buscava apresentar “o Brasil para os brasileiros”, mas que ainda estava inserido em uma sociedade na qual pessoas negras, indígenas, mulheres e outros grupos historicamente marginalizados tinham pouco espaço para construir e legitimar suas próprias narrativas.

A educação pública de qualidade que defendemos precisa ser também uma educação democrática em sua produção de conhecimento. Uma educação que reconheça a diversidade de saberes, memórias e experiências que constituem o Brasil. Porque democratizar a educação não é somente colocar mais livros nas mãos do povo: é garantir que o povo também possa escrever, narrar e produzir conhecimento sobre sua própria história.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

memorialdademocracia.com.br



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO *que transforma*

📷 @fpabramo

✉ @fpabramo

📺 Fundação Perseu Abramo

☎ (11) 5571-2609

🌐 fpabramo.org.br

🌐 teoriaedebate.org.br

🌐 fpabramo.org.br/focusbrasil

formação **FPA**

DIRETORIA DE
FORMAÇÃO
ESCOLA
NACIONAL DE
FORMAÇÃO

NAPPs

NOPPE
NÚCLEO DE POLÍTICA PÚBLICA E POLÍTICA CULTURAL



Centro de
Documentação e
Memória Política
Serviço Brasileiro
de Memória